

Marilda Rosado de Sá Ribeiro

*Doutora em Direito Internacional
Professora adjunta de Direito Internacional Privado
na Faculdade de Direito da UERJ*

Direito do Petróleo

*3ª edição
Revista, atualizada e ampliada*



RENOVAR
Rio de Janeiro
2014

Todos os direitos reservados à
LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.
MATRIZ: Rua da Assembléia, 10/2.421 - Centro - RJ
CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax: (21) 2531-2135
FILIAL RJ: Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596 - Fax: (21) 2589-1962

www.editorarenovar.com.br **SAC: 0800-221863**

© 2014 by Livraria Editora Renovar Ltda.

Conselho Editorial:

Arnaldo Lopes Süssekind — Presidente
Antonio Celso Alves Pereira
Caio Tácito (*in memoriam*)
Carlos Alberto Menezes Direito (*in memoriam*)
Celso de Albuquerque Mello (*in memoriam*)
Gustavo Binenbojm
Gustavo Tepedino
Lauro Gama
Luís Roberto Barroso
Luiz Edson Fachin
Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.
Manoel Vargas
Nadia de Araujo
Nelson Eizirik
Ricardo Lobo Torres
Ricardo Pereira Lira
Sergio Campinho

Revisão Tipográfica: Ana Maria Grillo

Capa: Labore Comunicação Total

Edição Eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R482 Ribeiro, Marilda Rosado de Sá.
Direito do petróleo / Marilda Rosado de Sá Ribeiro. — 3.ed. revista,
atual. e ampl. — Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
717p. ; 23cm.

ISBN 978-85-7147-862-6

I. Petróleo – Comércio – Legislação – Brasil. I. Título.

CDD 343.810926

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

Nota à 3ª edição	XIX
Agradecimentos especiais à nota 3ª edição	XXV
Nota à 2ª edição	XXVII

Capítulo I

INTRODUÇÃO	1
1.1 Aproximações jurídicas às atividades da indústria do petróleo	1
1.2 A inserção do tema no âmbito do Direito Internacional e a contribuição das demais disciplinas	9
1.3 Algumas repercussões do tema na ordem internacional: desenvolvimento compartilhado de reservatórios comuns, direitos do mar e proteção do meio ambiente	27
1.4 As <i>joint ventures</i> da indústria do petróleo: aspectos gerais	43
1.5 Convergência de interesses e cooperação internacional: o sentido jusfilosófico das <i>joint ventures</i>	47

Capítulo II

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO DO PETRÓLEO	55
A. Questões de Direito Internacional pertinentes à exploração e produção petrolífera	55
2.1 Soberania permanente sobre os recursos naturais	55
2.2 Direito do Mar	62
2.2.1 Mar territorial	63
2.2.2 Zona contígua e alto-mar	67
2.2.3 Plataforma continental e zona econômica exclusiva	70
2.3 Alcance dos direitos soberanos na plataforma continental e na zona econômica exclusiva	72
2.3.1 Exploração de óleo e gás	72
2.3.2 Construção de instalações	73

2.3.3 Perfuração, construção de túneis e lançamento de cabos e dutos submarinos.....	73
2.4 Contratos com o Estado.....	74
2.5 Direito Internacional dos investimentos estrangeiros.....	81
2.6 Arbitragem internacional.....	86
2.7 As empresas transnacionais.....	97
B. Direito do Petróleo.....	110
2.8 A importância do Direito Comparado.....	110
2.9 Análise comparativa dos aspectos institucionais pertinentes.....	119
2.9.1 Canadá.....	120
2.9.2 Reino Unido.....	123
2.9.3 Noruega.....	125
2.9.4 Estados Unidos.....	133
C. Contratos de Exploração Petrolífera.....	135
2.10 Aspectos Gerais.....	135
2.10.1 Formas Clássicas.....	137
2.11 Formas híbridas.....	143
Capítulo III	
JOINT VENTURES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO.....	147
A. Questões gerais no âmbito do Direito Comercial.....	147
3.1 As associações de empresas. Antecedentes históricos.....	147
3.2 Concentração empresarial, associação e sociedade.....	152
3.3 A questão da personalidade jurídica das sociedades e das associações.....	156
3.4 Desgaste do conceito, fraude e abuso de direito através de pessoa jurídica.....	162
3.5 A consagração doutrinária da teoria da desconsideração.....	165
3.5.1 Doutrina brasileira.....	169
3.6 Legislação brasileira.....	174
3.7 Outras áreas do Direito.....	176
3.8 A posição da jurisprudência brasileira.....	178
B. Aspectos gerais das <i>joint ventures</i>.....	181
3.9 Breve histórico.....	181
3.10 Natureza jurídica da <i>joint venture</i>	185
3.11 Analogia com outros institutos de Direito Comparado.....	190

C. <i>Joint Ventures</i> Internacionais.....	192
3.12 Conceituação	192
3.13 Conflito e convergência de interesses	197
3.14 <i>Joint ventures</i> contratuais	199
3.15 <i>Joint ventures</i> societárias	204
3.16 Processo de criação da <i>joint venture</i>	207
3.17 Novos cenários e papéis para velhos atores: os novos horizontes	209
3.17.1 Argentina: exemplo no Direito Latino-Americano	210
3.17.2 A experiência da China	211
D. As <i>joint ventures</i> para a exploração e produção de óleo e gás e para a pesquisa e desenvolvimento	222
E. Desenvolvimento compartilhado de reservatórios comuns (<i>Joint Development Of Common Reservoirs</i>)	224
3.18 Exploração conjunta pelos Estados e unitização.....	227
3.19 Os acordos entre Estados limítrofes	232
3.20 A unitização na prática norte-americana	234
3.21 Modalidades de unitização	241
3.21.1 Unitização voluntária	241
3.21.2 Unitização compulsória.....	244
3.22 Outras questões decorrentes da unitização.....	247
3.22.1 Determinação e redeterminação	247
3.22.2 Dificuldades para a implementação dos acordos de unitização	250
Capítulo IV	
<i>JOINT OPERATING AGREEMENTS</i>	253
4.1 Conceituação. Questões institucionais e contratuais	253
4.2 Modelo de <i>Joint Operating Agreement</i> (JOA) da <i>Association of International Petroleum Negotiators</i> — AIPN.....	260
4.2.1 Definições	266
4.2.2 Data da vigência e prazo	268
4.2.3 Escopo	268
4.2.3.1 Participação percentual.....	269
4.2.3.2 Propriedade, obrigações e responsabilidade.....	269
4.2.3.3 Participação governamental	270
4.2.4 Operador	270
4.2.4.1 Direitos e deveres do operador	271
4.2.4.2 Equipe do operador	271
4.2.4.3 Acesso a dados técnicos	272
4.2.4.4 Acordos e demandas judiciais	272

4.2.4.5 A responsabilidade do operador.....	272
4.2.4.6 Seguros.....	276
4.2.4.7 Mistura de fundos.....	277
4.2.4.8 Retirada e remoção do operador e indicação do sucessor.....	277
4.2.5 Comitê de Operações.....	278
4.2.6 Programa de trabalho e orçamentos.....	279
4.2.7 Operações por algumas das partes.....	280
4.2.8 Inadimplemento.....	281
4.2.9 Disposição da produção.....	282
4.2.10 Abandono.....	283
4.2.11 Renúncia, prorrogações e renovações.....	284
4.2.12 Cessão e transferência de participação ou direitos.....	285
4.2.13 Retirada do acordo.....	288
4.2.14 Relacionamento das partes e impostos.....	289
4.2.15 Informação, confidencialidade e propriedade intelectual....	290
4.2.16 Força maior.....	290
4.2.17 Notificações.....	291
4.2.18 Lei aplicável, solução de controvérsias e renúncia à imunidade.....	291
4.2.19 Alocação de hidrocarbonetos.....	292
4.2.20 Disposições gerais.....	292
4.3 Comentários sobre as alterações de aperfeiçoamento do modelo de 2012 do <i>Joint Operating Agreement</i> (JOA).....	292
4.3.1 Definições e interpretação.....	293
4.3.2 Prazo e extinção do contrato.....	297
4.3.3 Escopo.....	298
4.3.4 Operador.....	298
4.3.5 Comitê de Operações.....	300
4.3.6 Programas de trabalho e orçamentos.....	301
4.3.7 Operações por algumas das partes.....	302
4.3.8 Inadimplemento.....	302
4.3.9 Disposição da produção.....	304
4.3.10 Descomissionamento e abandono.....	304
4.3.11 Renúncia, prorrogações e renovações.....	304
4.3.12 Transferência de direito e mudanças de controle.....	304
4.3.13 Retirada do acordo.....	305
4.3.14 Relacionamento entre as partes e impostos.....	305
4.3.15 Informação, confidencialidade e propriedade intelectual.....	305
4.3.16 Força maior.....	306
4.3.17 Notificações.....	306
4.3.18 Lei aplicável, solução de controvérsias e renúncia à imunidade.....	306
4.3.19 Alocação de custo e lucro de hidrocarbonetos.....	307

4.3.20 Disposições gerais	307
4.4 Aspectos de Direito Comparado relevantes para a utilização do modelo de <i>Joint Operating Agreement</i> (JOA) em diferentes jurisdições	307
4.5 Informações gerais e comentários sobre alguns <i>Joint Operating Agreements</i> (JOAs) típicos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Noruega	312
4.5.1 Estados Unidos	312
4.5.1.1 Comentários à AAPL <i>Model Form 710</i> de 2002	317
4.5.2 Reino Unido	325
4.5.2.1 JOAs e licenças no Direito Britânico	326
4.5.2.2 Minuta-padrão da <i>United Kingdom Offshore Oil and Gas Industry Association</i>	327
4.5.3 Noruega	330
4.5.3.1 Modelo de JOA evolução e perspectivas	332

Capítulo V

TEMAS SELECIONADOS À LUZ DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA

5.1 Soberania permanente sobre os recursos naturais	339
5.2 Natureza jurídica do JOA: <i>joint ventures</i> sem personalidade jurídica, sociedades e outros	342
5.2.1 Estados Unidos	345
5.2.2 Reino Unido	352
5.2.3 Canadá	354
5.3 O relacionamento entre as partes no JOA	355
5.4 Controle do operador pelo comitê	359
5.5 Limitação de custos	359
5.6 Despesas <i>v.</i> custos da AFE	360
5.7 Responsabilidade do operador e padrão de conduta	361
5.8 Fiscalização da <i>performance</i> e destituição do operador	372
5.9 Cláusulas de <i>nonconsent</i> e <i>sole risk</i>	374
5.10 Relacionamento com terceiros	377
5.11 As cláusulas de <i>conservation</i> . A proteção do meio ambiente e os direitos difusos e coletivos	380
5.12 As cláusulas de inadimplemento (<i>default</i>) e alternativas	383

Capítulo VI

DIREITO DO PETRÓLEO NO BRASIL

A. Plano macro e histórico	385
6.1 O processo de abertura da economia brasileira	385

6.2	Legislação brasileira do petróleo antes de 1997	389
6.3	Evolução histórica e doutrinária	391
6.4	O modelo brasileiro de Contrato de Risco (1976 a 1988)	397
6.4.1	Partes e objeto	399
6.4.2	Visão crítica do contrato de risco	400
6.4.3	Reavaliação do Contrato de Risco no século XXI	403
B.	Plano constitucional	404
6.5	A Constituição de 1988	404
6.6	Reorientações no ordenamento jurídico brasileiro para a indústria do petróleo pós-1995	407
6.6.1	A Emenda Constitucional nº 9 de 1995	407
6.6.2	A previsão de regulação e a reforma constitucional	410
6.6.3	O debate contemporâneo sobre o exercício do poder regulatório	415
C.	Plano infraconstitucional	419
6.7	Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97)	419
6.7.1	Período de transição e desafios para a Petrobras	420
6.7.2	Fatos determinantes e controvérsias sobre a “Rodada Zero” ..	426
6.7.3	Os dez anos da Lei do Petróleo	435
6.7.4	Os quinze anos da Lei do Petróleo	436
6.7.5	O marco regulatório para a camada de pré-sal	440
6.8	Normas regulatórias do setor petrolífero	445
D.	O Contrato de Concessão e suas implicações legais e conceituais ...	448
6.9	A concessão no Direito Brasileiro	449
6.10	Contrato de concessão: algumas questões importantes suscitadas na primeira minuta	453
6.11	O modelo brasileiro de Contrato de Concessão: evolução e perspectivas	460
6.11.1	Características gerais do Contrato de Concessão	460
6.11.2	Direitos do concessionário	461
6.11.3	Obrigações do concessionário	461
6.11.4	Conteúdo local	462
6.11.5	Sanções e penalidades	465
6.12	Cessão de direitos: a cessão de participação nos contratos de concessão	468
6.12.1	Introdução	468
6.12.2	Embasamento legal	468
6.12.3	Disposições gerais	469

6.12.4 Alguns exemplos do Direito Comparado: o <i>farmout</i> norte-americano.....	479
E. Modelos contratuais contemporâneos no Direito do Petróleo Brasileiro	485
6.13 O Contrato de Partilha de Produção.....	485
6.13.1 O modelo brasileiro da partilha de produção.....	492
6.14 O Contrato de Cessão Onerosa	499
6.14.1 Disposições do Contrato de Cessão Onerosa.....	506
F. Aspectos institucionais e governamentais da indústria do petróleo	512
6.15 A importância da Agência Nacional do Petróleo.....	512
6.16 A distribuição das competências regulatórias após o pré-sal.....	519
6.17 Dados conjunturais sobre as rodadas de licitação	523
6.17.1 Contratos assinados na Primeira Rodada de Licitação	523
6.17.2 Contratos das rodadas seguintes: da segunda à décima rodada	524
6.17.3 A 11ª Rodada de Licitações.....	527
6.17.4 Agenda para as próximas rodadas.....	530
6.18 Participações governamentais e disposições gerais sobre tributos....	531
6.19 Aspectos ambientais.....	547
6.20 Arbitragem	563
6.21 O fenômeno das empresas independentes.....	572
6.22 Unitização no Brasil	581
6.22.1 A individualização da produção nos contratos de concessão da ANP.....	584
6.22.2 O acordo de individualização de produção.....	587
G. Comentários gerais sobre o gás	589
6.23 O gás natural	589
6.23.1 A indústria do gás no Brasil	591
6.23.1.1 O arcabouço regulatório do gás	593
6.23.2 A atividade de transporte dutoviário de gás	598
6.23.3 O gás natural liquefeito (GNL).....	602
H. Joint ventures do petróleo no Brasil	604
6.24 Possibilidades de enquadramento das joint ventures no ordenamento jurídico brasileiro	604
6.24.1 A sociedade em conta de participação	606
6.24.2 As parcerias público-privadas.....	610
6.24.3 Consórcio e figuras afins	612
6.24.4 Consórcio e sociedade.....	614

6.24.5 Consórcio e <i>joint venture</i>	615
6.24.6 O consórcio antes da Lei nº 6.404/1976.....	617
6.24.7 O consórcio após a Lei nº 6.404/1976	618
6.25 Representação e responsabilidade no âmbito do consórcio.....	619
6.26 Tributação e escrituração contábil do consórcio	623
6.27 As <i>joint ventures</i> e o Direito da Concorrência no Brasil.....	626
6.28 A criação ou participação em sociedade empresária	634
6.29 Os consórcios brasileiros no novo cenário da indústria petrolífera do Brasil.....	635
6.29.1 Análise das parcerias realizadas com a Petrobras	637
6.30 Precedentes judiciais.....	638
6.30.1 Bloco BCAM 40	639
6.30.2 Bloco C-M-273	643
CONCLUSÃO	647
BIBLIOGRAFIA	663